

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 4ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO

Processo n.º 0025280-51.2023.8.17.2480

O Administrador Judicial, nomeado por este Juízo para atuar nos autos do pedido de Recuperação Judicial do grupo Mamute Burger LTDA, apresenta por meio deste relatório a primeira manifestação referente à condução do processo.

O comparecimento à sede da empresa requerida, localizada na Rua Arlindo Porot, nº 127, Maurício de Nassau, Caruaru/PE, ocorreu no dia 20/02/2024, com o objetivo de realizar uma visita in loco com registro fotográfico, conforme preconiza a Lei 11.101/2005.

Além disso, no intuito de auxiliar a Diretoria Cível e a Secretaria deste MM. Juízo no cumprimento das determinações exaradas na decisão contida no ID n.º 159978232 destes autos eletrônicos, o Administrador Judicial anexa junto à presente manifestação (DOC 01), minutas dos ofícios a serem expedidos à Junta Comercial e à Secretaria Especial da Receita Federal e das cartas a serem enviadas às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal onde as empresas possuem estabelecimento.

Antes de abordar os detalhes da visita à empresa, é importante destacar dois pontos relevantes:

**Regularização da Razão Social:**

Foi identificado que a razão social das empresas do Grupo Mamute Burger: MAMUTE BURGUER LTDA, CNPJ nº 28.538.584/0001-72; M.B FOODS LTDA, CNPJ nº 36.448.319/0001-21 e M MAMUTE BURGUER B LTDA, CNPJ nº 40.238.361/0001-95 ainda não inclui a expressão "em recuperação judicial", em cumprimento ao que dispõe o art. 69, parágrafo único, da Lei 11.101/2005," conforme determinação expressa na decisão de ID 140547905 proferida por este Juízo.

**Comunicação aos Credores:**

Informa-se que, durante a reunião realizada presencialmente no dia 20/02/2024, no escritório patrono da causa do grupo empresarial Mamute Burger, foi solicitada a relação completa dos credores, incluindo os valores devidos e eventuais processos existentes. Esta solicitação tem como objetivo permitir que este Administrador Judicial proceda com o envio de correspondências com Aviso de Recebimento (AR) e e-mails aos referidos credores. Este procedimento visa cumprir com as determinações legais pertinentes à recuperação judicial, conforme estabelecido pelo Artigo 22, I, alínea "a" da Lei 11.101/2005. Este Administrador Judicial está comprometido em assegurar a transparência e eficiência deste processo. Aguardamos a relação de credores para a sugestão de publicação do 1º edital e o consequente retorno dos credores para a devida verificação de seus créditos, bem como as respectivas habilitações/impugnações. O objetivo é proceder à elaboração do edital e do quadro geral de credores.

Em anexo, seguem os principais pontos discutidos durante a visita à empresa, bem como as fotos de sua sede.

Ante todo o exposto, a Administração Judicial requer:

a) a juntada aos autos de minutas dos ofícios a serem expedidos à Junta Comercial e à Secretaria Especial da Receita Federal, bem como de minutas das cartas a serem enviadas às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal onde as empresas possuem estabelecimento, e também o termo de vista ao representante do Ministério Público (**Doc 01**).

Respeitosamente,

Recife, 26 de fevereiro de 2024

**FERNANDO VICTOR BEZERRA DE MENDONÇA**

OAB/PE 39.719